



Unión de Empleados
de la Justicia de la Nación



Buenos Aires, 12 de maio de 2022

AO SR. PRESIDENTE DO SENADO DO BRASIL
SEN. RODRIGO PACHECO
S / D

A UEJN – UNION DE EMPLEADOS DE LA JUSTICIA DE LA NACION da Argentina se dirige por meio deste ofício ao Egrégio Senado da República Federativa do Brasil para, cumprimentando, externar considerável preocupação com a tramitação de Projeto de Lei n. 6.204/2019, que objetiva a retirada da execução das mãos do Poder Judiciário e repasse da mesma aos tabeliães de notas.

A UEJN, como dito, se preocupa não só com o prosperar dessa medida neoliberal de privatização da execução da justiça na América do Sul, como com o fato de que a tramitação de tal projeto vem transcorrendo em velocidade tamanha que sequer foi apreciada em sua constitucionalidade pela comissão condizente no âmbito do Senado Federal.

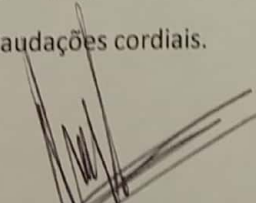
A UEJN observa com perplexidade a urgência de tramitação em um projeto de lei que vem desconstruir todo um sistema de execução estabelecido desde sempre no Brasil. A UEJN se preocupa, em especial, com a categoria dos servidores públicos do Poder Judiciário do Brasil, particularmente a categoria dos Oficiais de Justiça, maior afetada, que exerce com tamanha excelência a execução das ordens judiciais hoje.

Na qualidade de uma das maiores entidades representativas dos servidores do Judiciário da Argentina, a UEJN solicita ao Senado Federal do Brasil que oportunize verdadeiramente o debate, permitindo com que a matéria seja ao menos apreciada na Comissão de Constituição e Justiça da do Senado Federal.

Assim, refletimos que, se a execução no Brasil sempre foi judicial, inclusive tendo assim se mantido desde a última reforma do Código de Processo Civil em 2015, por que a atual reforma tão profunda tramita com tamanha urgência a ponto de suplantar a própria comissão que apreciaria a constitucionalidade da matéria?

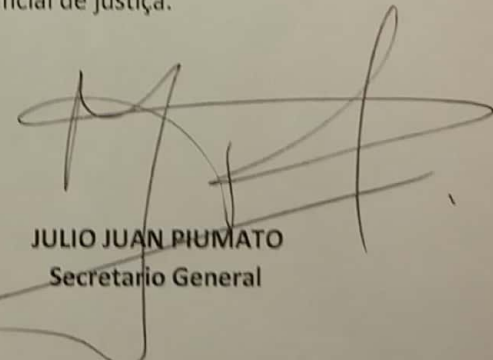
A UEJN opina pela rejeição da privatização da justiça e pela valorização do agente de execução que já existe no sistema judicial do Brasil: o oficial de justiça.

Saudações cordiais.


OMAR EDUARDO RUIZ

Directivo Representante de

Direcciones Genarles de Mandamientos y Notificaciones


JULIO JUAN PIUMATO

Secretario General